

Dossiê: A Antropologia e as Outras Ciências da Epidemia do Vírus Zika



Organizadores

Luísa Reis-Castro

Soraya Fleischer

Jean Segata

Apresentação

Presentation

Luísa Reis-Castro¹
Soraya Fleischer²
Jean Segata³

¹Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, Estados Unidos

²Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

No final de 2015 e início de 2016, o Vírus Zika e os seus efeitos ganharam notoriedade nacional e internacional. A relação entre a infecção pelo patógeno e o aumento súbito no número de fetos e bebês com microcefalia e outras deficiências – um conjunto de manifestações que foi, posteriormente, denominado de Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ) – foram as razões principais para a amplitude de sua repercussão nos meios acadêmicos, na opinião pública e na vida cotidiana. A epidemia trouxe uma série de questionamentos e de desafios para a pesquisa científica, a implementação de políticas públicas e para as relações sociais entre as pessoas impactadas pela doença. Vários trabalhos antropológicos têm examinado os efeitos do Zika, sobremaneira os aspectos ligados à maternidade e aos direitos reprodutivos, o cuidado de crianças com deficiência, as respostas de governos e de instituições internacionais frente à epidemia e às formas de vigilância e controle vetorial e viral.

O ponto é que uma epidemia não constitui exclusivamente um fenômeno epidemiológico, com incidências, prevalências e outros índices demonstrativos de padrões biológicos e demográficos. Ela também é vivida e significada de maneira singular a partir de experiências sociais e culturalmente situadas. Isso coloca em relevo a complexidade da relação saúde e doença, incluindo seus agravantes e os seus modos de proteção e cuidado. É aqui que a contribuição da antropologia ganha forma nesse cenário, como uma disciplina que é capaz de tensionar uma epidemia desde seus mecanismos biomédicos universalizáveis até os modos como ela se realiza a partir de materialidades e de discursos localizados.

Chama, é claro, a atenção o modo como rapidamente a antropologia passou a dedicar a sua atenção ao tema do Zika. Isso porque, a despeito

de sua singularidade, ela é mais uma das infecções provocadas por arboviroses que já se tornaram problemas crônicos em diversas regiões do Brasil. Por compartilhar do mesmo vetor – o mosquito *Aedes aegypti* – a dengue, a chikungunya e até mesmo a febre amarela, por exemplo, têm estado tão presentes entre as mesmas populações que agora são atingidas pela Zika. Acontece que muitas delas, de certa forma, já se tornaram invisíveis, seja aos olhos do poder público, seja do próprio interesse das ciências sociais e humanas. Nesse sentido, a epidemia de Zika de certo modo ajudou a catalizar preocupações antropológicas sobre o universo das arboviroses. Isso fez com que esse tipo de infecção agora figure mais robustamente ao lado de outros interesses mais consolidados neste campo na disciplina, como o caso do HIV/Aids e da Sífilis, que já contam com grande percurso de pesquisa.

A propósito disso, a epidemia de Zika também tem produzido uma complexificação no debate antropológico sobre as epidemias à medida que conseguiu ganhar espaço e força de pesquisa e engajamento em outras arenas de discussão para além da antropologia da saúde e da antropologia médica. É o caso dos estudos de deficiência e da agenda feminista para a descriminalização do aborto. É claro que processos como esse já contam com precursores, como no caso dos estudos de gênero ou o bioativismo que ocuparam o debate sobre o HIV/Aids desde os anos de 1980. Mas, importa pensar que o debate antes mais centrado na saúde/doença passa a ser problematizado por movimentos que incluem direitos fundamentais, a relação com o Estado, etc. Da mesma forma, ainda como catalisadora de atenção antropológica, a Zika também parece ter contribuído para a atração de mais antropólogos e antropólogas engajados em pesquisa sobre epidemias. Isso se nota com os primeiros trabalhos que têm aparecido sobre a Covid-19, quando se percebe o trânsito que ele/as próprios fazem do Zika para a pandemia, seja mobilizando novos/as interessados em pensar surtos, epidemias e pandemias desde diversos pontos de vista antropológicos, por meio do importante papel de divulgação das pesquisas sobre esse tema. Em parte, esse também é o propósito deste número da *Revista Ilha*, que já se soma a diversas outras iniciativas.

Livros, filmes, dossiês, coletâneas e séries sobre a epidemia de Zika foram organizados nos últimos anos. No campo audiovisual, em 2016, Debora Diniz já lançava o documentário “Zika”, seguido de um livro que ganhou tradução para o inglês no ano seguinte, junto com outros relatórios produzidos sob sua coordenação, a Anis¹. No ano seguinte, a antropóloga Stephane Ramos lançou o filme “Elas”, sobre os efeitos da epidemia na região de Olinda/PE². E, em 2019, Parry Scott e sua equipe do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE) produziram “Etnografando cuidados”, uma série de curta-metragens em parceria direta com as famílias atingidas pela epidemia³.

Em termos de artigos científicos, o primeiro Dossiê, ainda em 2016, foi “Zika Vírus”, publicado no sítio eletrônico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio⁴ da Fiocruz/RJ. Esse Dossiê conta com seis textos, entre os quais há algumas entrevistas. Em 2017, foi organizado por Rozeli Porto e Patrícia Costa o Dossiê intitulado “Zika Vírus e Síndromes Neurológicas Congênitas: contribuições do/para o campo de Estudos de Gênero”⁵. Foram publicados cinco artigos na revista *Cadernos de Gênero e Diversidade* da UFBA. Em 2018, Soraya Fleischer e Rosamaria Carneiro organizaram “Zika Vírus: uma epidemia em/e seu mundo social”⁶, com quatro artigos e um ensaio fotográfico publicados na revista *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, da Unesp em Botucatu/SP.

Além disso, os eventos da área rapidamente acolheram um grande conjunto de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas que tiveram a epidemia como foco. *Papers* e debates foram levados à frente nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (2018 e 2020), Reuniões de Antropologia do Mercosul (2017 e 2019), Reuniões Equatoriais de Antropologia (2017 e 2019), SBPC e ANPOCS (anuais). Eventos menores e locais também se dedicaram ao tema em diversas universidades ao redor do país. Muito desse material foi transformado em artigos que foram publicados em periódicos e também reunidos em livros, por exemplo, as coletâneas recentemente lançadas em 2020, “Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika”, organizada pelos colegas da UFPE, Parry Scott, Luciana Lira e Silvana Matos (2020), e “Micro: Contribuições da Antropologia”, organizada pelas colegas da UnB, Soraya Fleischer e Flávia Lima (2020).

Três blogs se dedicaram ao tema. Dois foram criados especialmente para se discutir a epidemia de Zika e um reservou uma série ao tema. Em 2017, “Microhistórias”⁷ começou a ser produzido por antropólogas da UnB, discorrendo sobre a epidemia de Zika Vírus a partir das antropologias feitas em Pernambuco. No ano seguinte, 2018, “After zika”⁸ foi lançado como “um projeto multimídia colaborativo que foca as experiências de mães e de pais de crianças com a SCVZ”, organizado pela antropóloga Eliza Williamson que fez trabalho de campo na Bahia. Em 2019, o blog *Somatosphere*, dedicado à Ciência, Medicina e Antropologia, criou a série “Histórias of Zika”⁹, organizada por Luísa Reis-Castro, que reuniu 13 textos, muitos de antropólogas brasileiras, todos em inglês e uma outra língua (espanhol, francês, luganda e, principalmente, português). É importante notar que a ciência antropológica não tem apresentado seus resultados apenas nos meios convencionais de periódicos, eventos e livros, mas também em textos menores que, talvez, sejam de alcance maior e que marcam o tema dessa epidemia.

O presente Dossiê, no entanto, contribui para essa discussão a partir de um foco menos abordado pela literatura antropológica até o momento. Os artigos nesta coletânea examinam questões como: o que o Vírus Zika significou para a produção de conhecimento científico, para o trabalho de cientistas e para a relação da ciência com o desenho de políticas de saúde? Quais pesquisas foram produzidas, a partir de que áreas, com que enfoques, metodologias, parcerias e fontes de financiamento? Como as inequidades de gênero, raça e classe influenciaram na elaboração e na implementação dessas pesquisas? Que tipo de relações foram estabelecidas entre essas comunidades, as famílias afetadas pelo Zika e os cientistas investigando o vírus e seus efeitos? Quais foram os retornos e devolutivas direcionadas às populações estudadas e/ou atingidas pela epidemia? Assim sendo, os artigos apresentados aqui oferecem uma análise crítica da produção de conhecimento e de intervenções de saúde, ao mesmo tempo em que propõem alternativas para se pensar os caminhos das pesquisas e das respostas governamentais, principalmente em situações de emergência e de incertezas.

Aqui estão reunidos seis artigos de autoras de universidades nacionais e estrangeiras (França e Estados Unidos), pesquisadoras, em sua maioria antropólogas, em diferentes etapas da carreira acadêmica – doutorandas, pós-doutorandas e professoras –, e com quase todos os textos escritos em coautoria. São trabalhos que colocam em relevo a importância da pesquisa antropológica no campo das epidemias em particular e no conjunto mais amplo da constituição de sua ciência. Diferentemente de outras doenças – quase sempre já estabelecidas como fato científico por meio da pesquisa biológica e médica e depois “questionadas” antropológicamente – a biografia da SCZV tem ganhado forma e contornos muito mais complexos por trazer desde a sua constituição o diálogo entre muitos campos científicos, incluindo, é claro, a antropologia. Uma doença não pode ser vista como um elemento dissecável das realidades em que se realiza. As múltiplas experiências com o Zika não pulam de um contexto para outro de forma neutra ou isolável, como se pegassem carona nas asas do mosquito que a transmite ou no vírus que a provoca. A qualidade dos textos que encontramos neste Dossiê aponta justamente para isso – uma doença não é apenas uma mecânica de vetores e patógenos em um corpo, mas, um conjunto de atuações e de produções de ambientes, de realidades e de situações que intersectam inúmeras formas de constituição de sujeitos e de relações, de noções de risco e de cuidado individual e coletivo, de responsabilidades e direitos, de mobilização e luta. Uma doença é uma experiência política por excelência, formada por múltiplas e desafiantes camadas de negociação com pessoas, com culturas, com diferenças sociais, mas também com instituições, protocolos, animais, ambientes, patógenos, produtos químicos. Enfim, doenças são um exercício de vida de coexistência. Com a epidemia de Zika não é diferente – temos aprendido isso com a sua ciência, que, por sorte, a antropologia tem ajudado a escrever em pesquisas como aquelas que preenchem as páginas deste Dossiê.

No primeiro texto, Luísa Reis-Castro e Carolina Nogueira sugerem pensar a ciência do Vírus Zika a partir de uma “antropologia da transmissão”. Como é sabido, o vírus é transmitido de três modos, vetorial (mosquito), vertical (durante a gestação) e sexual. Mas, como

apontam acertadamente as autoras, ao longo dos últimos anos no Brasil, as campanhas sanitárias e as políticas públicas optaram por priorizar os dois primeiros modos de contágio. O principal efeito dessa escolha político-científica é transformar uma epidemia erroneamente sobre mosquitos e mulheres. Ao delimitar um público, é um pouco mais fácil cobrar comportamentos de prevenção e culpabilizar quando estes não são seguidos. No caso do Vírus Zika, as transmissões vetorial e vertical foram domesticadas e generificadas, dirigindo os discursos unicamente às mulheres, localizando o seu papel social unicamente na maternidade. Atentar somente para a prevenção ao mosquito e o cuidado com a gravidez não convoca os homens a participarem da proteção e invisibiliza o risco que as mulheres correm diante da transmissão sexual. O cobertor curto demais desprotegeu justamente o contingente feminino e sua prole. Ao “examinar as transmissões como relações corporais, simbólicas e políticas”, a antropologia proposta por Reis-Castro e Nogueira amplia as possibilidades de desenhar e implementar respostas sanitárias menos persecutórias e individualizantes.

Em seguida, este Dossiê apresenta três artigos de Rosana Castro e Soraya Fleischer; de Luciana Campelo Lira e Helena Prado; e de Silvana Sobreira de Matos e Ana Cláudia Rodrigues da Silva. Essas duplas discutem como as pesquisas científicas são recebidas e percebidas pelas famílias atingidas pela epidemia, em especial a partir da voz das mães das crianças nascidas com a SCVZ.

O foco na transmissão vetorial, examinada por Reis-Castro e Nogueira, colocou mulheres no foco não apenas das respostas públicas para controlar a infecção, mas também em esforços para desenvolver soluções profiláticas e terapêuticas. O artigo escrito por Rosana Castro e Soraya Fleischer, “Scientific Policies and Ethical Economies in the Development of Vaccines Against Zika”, discute o desenvolvimento e a testagem de uma vacina para Zika e a inclusão de gestantes e mulheres em idade reprodutiva em ensaios clínicos para avaliar a eficácia da imunização. A participação desse grupo em investigações biomédicas experimentais é um tema historicamente controverso, devido às dificuldades práticas e aos dilemas éticos diante dos potenciais efeitos para a saúde e para o desenvolvimento do feto. No entanto, no

caso da epidemia de Zika, gestantes e mulheres em idade reprodutiva foram consideradas justamente aquelas que deveriam ser priorizadas para receberem os benefícios dessas possíveis inovações biomédicas. Em discussões sobre quem deveria ser vacinado, a comunidade científica enfatizou a importância do benefício individual da imunização, ao passo que a pesquisa de Castro e Fleischer aponta que, para as mulheres, potenciais destinatárias dessas vacinas, preocupações ligadas às práticas e obrigações de cuidado foram vistas como mais importantes. Tendo como base grupos focais realizados no Distrito Federal e em Recife/PE com mulheres de diferentes perfis, as autoras concluem que, na pressa para responder à epidemia, as elaborações daquelas que deveriam ser priorizadas foram ignoradas. O artigo indica a importância de debates imaginativos para compreender as diferentes temporalidades e complexidades de fenômenos epistemológicos, aspecto fundamental para se desenvolver políticas de assistência e protocolos científicos que realmente levem a sério os cálculos e as considerações daquelas que serão mais afetadas – principalmente em um contexto no qual há pressão e pressa para se produzir soluções para uma emergência em saúde.

Em “‘Nossos filhos não são cobaias’: objetificação dos sujeitos de pesquisa e saturação do campo durante a epidemia de Zika”, Luciana Lira e Helena Prado também examinam a produção de conhecimento em termos emergência. Porém, enquanto Castro e Fleischer focam apenas no campo da biomédica, Lira e Prado se debruçam sobre como as incertezas, os dilemas e os conflitos ligados ao financiamento, às colaborações e às relações estabelecidas em campo se dão em pesquisas de diferentes áreas, inclusive na antropologia. Se há vários relatos de cansaço e de desconfiança das mães de crianças com SCZV em relação a pesquisadores, Lira e Prado descrevem como antropólogas também fizeram parte dessa corrida para desenvolver pesquisas sobre Zika, buscando não sangue e outras amostras biológicas, mas histórias e outros relatos etnográficos. Escrevendo conjuntamente, mas a partir de dois posicionamentos geográficos, institucionais e temporais distintos em relação à epidemia de Zika, as autoras refletem sobre a ciência na prática – a escolha do tema e da metodologia e também

as relações estabelecidas em campo, com outros pesquisadores e com aquelas que estão sendo pesquisadas. Lira e Prado apontam como o “enxame” de cientistas que tentavam desenvolver projetos sobre Zika causou não somente uma saturação do campo (e esforços de se garantir a “possessão” de dados), mas, principalmente, levou às mães a terem uma sensação de estarem em estado permanente de experimentação, uma “vida em experimento” (PETRYNA, 2011). Essas mulheres reconheciam a necessidade de se produzir conhecimento e de se aperfeiçoar os tratamentos para seus filhos e filhas. Porém, elas reconheciam também que a corrida por resultados e por prestígio, a competição entre pesquisadores e a condição de vulnerabilidade econômica em que a maioria delas se encontrava resultava, muitas vezes, em relações assimétricas no campo. E, por causa dessas relações assimétricas, muitas das mães sentiam que suas crianças estavam sendo objetificadas – sendo feitas de cobaias. O artigo de Lira e Prado reforça a necessidade de cientistas – antropólogos inclusos – pensarem as responsabilidades e as reciprocidades no desenvolvimento de pesquisas (e sua ligação com a concorrência pela produção de dados) para serem estabelecidas relações mais horizontais e éticas em campo.

No artigo seguinte, Silvana Sobreira de Matos e Ana Cláudia Rodrigues da Silva vão aprofundar as percepções desses grupos de mães e cuidadoras sobre a reciprocidade na seara da ciência. As autoras mostram como o surgimento das associações maternas ao redor do país, especialmente em cidades e estados da Região Nordeste, contribuiu para um crescente empoderamento político-científico de uma parcela dita “leiga”. Num claro movimento de ativismo de pacientes e cuidadoras, essas associações têm buscado aprofundar o conhecimento sobre a SCVZ e demandar sua participação no planejamento e na realização dos eventos e das pesquisas sobre a síndrome. Uma “pesquisa em tempos de guerra”, como caracterizaram cientistas do Vírus Zika, conseguiu rapidamente reunir recursos, mão de obra e projetos. E as famílias, também no afã de entenderem a SCVZ, trocaram esperança por fluidos corporais, confiança por Termos de Consentimento e de Assentimento (TCLEs) incompreensíveis. O par de autoras percebeu muitos saberes sendo desenvolvidos do lado materno e do lado dos pesquisadores,

mas além de não haver encontros, há conflitos entre esses saberes. Isso não quer dizer que as famílias sejam completamente refratárias à ciência ou mesmo assumam uma atitude negacionista, mas que não toleram mais pesquisas unilaterais, pouco transparentes ou do tipo “*hit and run*”, que colhem dados e desaparecem. O movimento das famílias atingidas pelo Zika está propondo outro tipo de ciência, mais democrática, mais “*bottom-top*”. Tanto que, diante da Medida Provisória (MP) n. 894/2019, que concede a pensão vitalícia às crianças com a SCVZ, as associações buscaram dados de pesquisas realizadas para subsidiar o questionamento das incoerências e das injustiças previstas na primeira versão da MP. O conflito, portanto, não é com toda ciência, nem com todo cientista. E, como as autoras anteriores, Matos e Silva convocam a Antropologia, como partícipe desse rol científico, a repensar, em sua atuação, produção e revisão constante das formas de pesquisar e dos alcances que os resultados podem ter.

Por fim, dois artigos trazem recortes mais específicos, mas igualmente relevantes para pensar essa epidemia. No primeiro deles, intitulado “Zika Vírus e Itinerários Terapêuticos”, Rozeli Porto traz um panorama dos impactos pós-epidemia no Rio Grande do Norte. O seu trabalho faz uma importante descrição e análise dos itinerários de mulheres, “mães de micro”, nas suas lutas cotidianas pela busca de atendimento médico em meio a greves nas instituições hospitalares, problemas com o transporte público e inúmeras tentativas de garantia de seus direitos – que vão desde benefícios do INSS até o acesso a aborto seguro e não criminalizado. Além disso, o trabalho de Porto propõe uma importante reflexão sobre o modo como as incertezas e descobertas em torno do Zika vão configurando as subjetividades, tanto dessas mulheres “mães de micro” como dos próprios profissionais de saúde que acompanham e constituem suas trajetórias. Nisso se inclui um importante registro dos sofrimentos, das angústias e do desgaste dessas mulheres na batalha contra o tempo em busca de terapias, estímulos e outros cuidados para essas crianças. Os itinerários terapêuticos que são revelados no artigo de Porto nos levam a seguir os modos como essas histórias do Zika são escritas: são páginas de dor e de sofrimento, mas também de luta e de mobilização. São, nas suas palavras, “[...] as epistemologias das mulheres – experiências e saberes localizados”.

São os tópicos de uma ciência vivida nos corpos, nas rotinas de dúvida e de esperança que quase nunca são capturadas pelas lentes do olhar biomédico, tampouco pelas políticas de saúde e do Estado.

Por fim, a descriminalização do aborto e suas controvérsias no contexto da epidemia de Zika também são o objeto do artigo de Jonathan Sacramento e Maria Conceição da Costa, intitulado “Zika Vírus, *Expertises* e Moralidades”. A descoberta da microcefalia fetal associada à infecção pelo Zika Vírus intensificou o debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil. Essa é uma agenda bastante particular das lutas políticas e da ciência do Zika que ganhou forma no Brasil e em outros países da América Latina, onde o aborto ainda é razão de disputa entre o Direito, o Estado e os conservadorismos, quase sempre religiosos/cristãos. Esse é o cenário que é trazido à discussão com o trabalho de Sacramento e Costa. Essa pesquisa tem o objetivo de discutir as controvérsias que se desdobraram no Supremo Tribunal Federal (STF) em decorrência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que demandava a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez nos casos em que o feto fosse diagnosticado com microcefalia. Para os autores, a descriminalização do aborto ajudaria na solução de inúmeros problemas, como aqueles de ordem social, política e sanitária. Ela permitiria que mulheres pudessem decidir, livremente, sobre quando levar adiante uma gravidez, sobre ponderar as responsabilidades do cuidado de uma criança com algum tipo de deficiência, além de se configurar como “[...] mais uma das respostas à epidemia de Zika Vírus que, mesmo marcada por gênero, não estaria de antemão reproduzindo as lógicas de desigualdade generificadas”.

Ao examinar diferentes contextos e temas ligados à epidemia de Zika Vírus e à ciência, os artigos neste Dossiê evidenciam as potencialidades da “lanterna etnográfica” (BIEHL; LOCKE, 2010; FISCHER, 2010, p. 338) e da análise antropológica para o desenvolvimento de pesquisas científicas mais éticas e responsáveis, metodologicamente mais refinadas e epistemologicamente mais robustas. Ao mesmo tempo, o Dossiê não se furta de incluir a antropologia também no panteão das ciências que se interessaram em entender o Vírus Zika e as suas consequências mais amplas. Uma delas, inclusive, sendo o lugar que

a(s) ciência(s) ocupam no conjunto de profissionais, instituições e iniciativas que chegaram às famílias e às comunidades atingidas pela epidemia. Se fenômenos devastadores, como as epidemias e as pandemias, precisam ser compreendidos e estimulam uma corrida científica, como as pessoas diretamente envolvidas podem e devem fazer parte desses esforços todos? Como a antropologia se transformou depois da epidemia do Vírus Zika e se transformará depois do novo coronavírus e as muitas pandemias – da doença que ele provoca, mas também da perda de direitos, das injustiças, dos sofrimentos, das sequelas e das desigualdades que se acumulam e que temos vivido com a Covid-19?

Notas

- ¹ “Zika” (filme). Direção de Debora Diniz. Assistente de Direção de Luciana Brito. Produção: Luciana Brito, Sinara Gumieri. Edição, montagem e finalização: Valesca Dios. São Paulo: Itinerante Filmes; 2016. Disponível em: <https://anis.org.br/documentarios/>. Acesso em julho de 2020. Ver também DINIZ, D. Zika: do sertão nordestino à ameaça global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; e DINIZ, D. Zika: from the Brazilian backlands to global threat. London, Zed Books, 2017.
- ² “Elas”. Direção, produção e fotografia: Stephane Ramos. Edição: Carlos Cezare. Recife/PE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I2SQ781fICI&feature=youtu.be>.
- ³ Os seis filmes estão disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UC9siSXjvtUvycJoYbioWDCg>
- ⁴ Ver “Zika vírus”. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dossie/zika-v%C3%ADrus>. Acesso em junho de 2020.
- ⁵ Ver “Zika Vírus e Síndromes Neurológicas Congênitas: Contribuições do/para o Campo de Estudos de Gênero”. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/issue/view/1509/showToc>. Acesso em junho de 2020.
- ⁶ Ver “Zika vírus: uma epidemia em/e seu mundo social”. Disponível em: <https://interface.org.br/publicacoes/zika-virus-uma-epidemia-em-e-seu-mundo-social/>. Acesso em junho de 2020.
- ⁷ Ver “Microhistórias”. Disponível em: <https://microhistorias.wixsite.com/microhistorias>. Acesso em junho de 2020.
- ⁸ Ver “After zika”. Disponível em: <https://afterzika.org/>. Acesso em junho de 2020.
- ⁹ Ver “Histórias da Zika”. Disponível em: <http://somatosphere.net/2019/historias-of-zika.html/>. Acesso em junho de 2020.

Referências

BIEHL, João; LOCKE, Peter. Deleuze and the anthropology of becoming. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 51, n. 3, p. 317-351, 2010.

FISCHER, Michael. Comment – Deleuze and the Anthropology of Becoming by João Biehl and Peter Locke. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 51, n. 3, p. 337-338, 2010.

FLEISCHER, Soraya e LIMA, Flávia (org.). **Zika: Contribuições da Antropologia**. Brasília, DF: Athalaia, 2020. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/E-Books/2020_FLEISCHER_LIMA_Micro.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 127-160, jan.-jun. 2011.

SCOTT, Parry; LIRA, Luciana; MATOS, Silvana (org.). **Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika**. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <http://www.editoraufpe.com.br/praticas-sociais-no-epicentro-da-epidemia-do-zika/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Luísa Reis-Castro

Doutoranda no programa de História, Antropologia, Ciência, Tecnologia e Sociedade (HASTS) do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Estados Unidos. Atualmente está escrevendo sua tese, que investiga novas tecnologias de controle vetorial como uma janela para discutir ciência e políticas de saúde. Endereço profissional: 77 Massachusetts Avenue, E51-098, Cambridge, MA, Estados Unidos. CEP: 02139-4307.
E-mail: luisarc@mit.edu

Soraya Fleischer

Professora-Associada do Departamento de Antropologia da UnB, coordenadora do Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA) e coordena o podcast de Antropologia “Mundaréu” e “Mundo na sala de aula”. Atualmente pesquisa atualmente o encontro de duas epidemias, do Zika com o Covid-19. Endereço profissional: Departamento de Antropologia, Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte, Brasília, DF. CEP: 70910-900.
E-mail: soraya@unb.br

Jean Segata

Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, Coordenador do Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias e também a Rede Covid-19 Humanidades (NEAAT). Endereço profissional: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Av. Bento Gonçalves, n. 9.500, Prédio 43311. Porto Alegre, RS. Caixa Postal 15055. CEP: 91509-900.
E-mail: jeansegata@ufrgs.br